

**Tietê Eólica S.A.**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024**

## ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas .....	1
<b>Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas</b>	
Balancos patrimoniais .....	6
Demonstrações dos resultados .....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	11



Shape the future  
with confidence

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da  
**Tietê Eólica S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tietê Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



Shape the future  
with confidence

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### *Reconhecimento da receita e custos com compra e venda de energia*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu receitas operacionais consolidadas no montante de R\$ 279.810 mil, conforme divulgado na nota explicativa 10 e custos consolidados com compra de energia no montante de R\$ 41.577 mil, conforme divulgado na nota explicativa 11. As receitas são oriundas das operações de fornecimento e suprimento de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2024, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de compra e venda de energia.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo. Dessa forma, existe o risco de que uma receita ou custo sejam reconhecidos fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita e custo em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.



**Shape the future  
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita; (ii) Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data base e realizado em data subsequente; e (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas e custos, incluídas nas notas 10 e 11, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas e custos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



**Shape the future  
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future  
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', is written over a horizontal line.

Adilvo França Junior  
Contador CRC 1BA-021419/O

## TIETÊ EÓLICA S.A.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora			Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	3	110.367	56.232	95.529	243.921	91.217	305.749
Cauções e depósitos vinculados		-	5	-	-	5	-
Contas a receber de clientes		-	-	-	39.296	26.173	37.039
Estoques		-	-	-	15.908	10.603	12.035
Conta de ressarcimento	5	-	-	-	-	-	288
Dividendos a receber	4	1.827	938	741	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		412	272	1.168	3.217	2.986	3.284
Outros tributos a recuperar		25	13	-	1.122	1.985	3.682
Outros ativos		-	-	-	9.591	3.555	489
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>112.631</b>	<b>57.460</b>	<b>97.438</b>	<b>313.055</b>	<b>136.524</b>	<b>362.566</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Contas a receber partes relacionadas	4	132.059	210.113	289.356	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados		18.460	18.122	24.487	18.702	18.284	24.596
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.386	5.150	4.077	1.386	5.150	4.077
Tributos diferidos		-	-	-	13.559	9.928	13.816
Outros ativos		-	-	-	-	-	16
Investimento em controladas	6	927.427	830.353	960.255	-	-	-
Imobilizado, líquido	7	338	418	513	1.171.324	1.225.624	1.250.163
Intangível, líquido		58	112	168	2.650	403	779
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.079.728</b>	<b>1.064.268</b>	<b>1.278.856</b>	<b>1.207.621</b>	<b>1.259.389</b>	<b>1.293.447</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.192.359</b>	<b>1.121.728</b>	<b>1.376.294</b>	<b>1.520.676</b>	<b>1.395.913</b>	<b>1.656.013</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>							
Fornecedores		85	735	222	19.679	12.046	6.735
Debêntures	8	22.347	25.287	26.596	22.347	25.287	26.596
Conta de ressarcimento	5	-	-	-	200.115	55.112	46.586
Passivo de arrendamento		110	95	91	470	404	445
Tributos e contribuições sociais a pagar		45	-	81	4.199	4.419	4.543
Tributos a pagar		57	32	-	2.472	949	1.208
Provisão para custos socioambientais		-	-	-	-	-	213
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	1.511	603	-	1.511	603	-
Outras obrigações		-	-	-	212	123	305
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>24.155</b>	<b>26.752</b>	<b>26.990</b>	<b>251.005</b>	<b>98.943</b>	<b>86.631</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Debêntures	8	-	21.308	44.144	-	21.308	44.144
Conta de ressarcimento	5	-	-	-	47.260	152.040	170.693
Passivo de arrendamento		281	367	470	30.645	29.712	31.329
Provisão para desmobilização		-	-	-	22.127	19.355	15.805
Provisões para processos judiciais e outros		-	-	-	1.716	1.254	697
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	2.024
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	-	-	604	-	-	604
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>281</b>	<b>21.675</b>	<b>45.218</b>	<b>101.748</b>	<b>223.669</b>	<b>265.296</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social subscrito e integralizado		985.327	985.327	1.241.382	985.327	985.327	1.241.382
Reserva de capital		16.948	16.948	16.948	16.948	16.948	16.948
Reserva de lucros		165.648	71.026	45.756	165.648	71.026	45.756
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	9	<b>1.167.923</b>	<b>1.073.301</b>	<b>1.304.086</b>	<b>1.167.923</b>	<b>1.073.301</b>	<b>1.304.086</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.192.359</b>	<b>1.121.728</b>	<b>1.376.294</b>	<b>1.520.676</b>	<b>1.395.913</b>	<b>1.656.013</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## TIETÊ EÓLICA S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	10	-	-	279.810	330.859
Custo de produção e operação de energia	11	-	(1.960)	(169.626)	(171.931)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>-</b>	<b>(1.960)</b>	<b>110.184</b>	<b>158.928</b>
Gerais e administrativas		(1.181)	(933)	(5.166)	(990)
Outras despesas operacionais		(37)	-	(88)	(6)
<b>TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.218)</b>	<b>(933)</b>	<b>(5.254)</b>	<b>(996)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(1.218)</b>	<b>(2.893)</b>	<b>104.930</b>	<b>157.932</b>
Receitas financeiras		10.202	7.459	17.033	21.884
Despesas financeiras		(5.668)	(8.885)	(15.625)	(19.547)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	12	<b>4.534</b>	<b>(1.426)</b>	<b>1.408</b>	<b>2.337</b>
Resultado de equivalência patrimonial		93.132	145.850	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>96.448</b>	<b>141.531</b>	<b>106.338</b>	<b>160.269</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(918)	-	(12.470)	(17.884)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	1.662	(854)
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	13	<b>(918)</b>	<b>-</b>	<b>(10.808)</b>	<b>(18.738)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>95.530</b>	<b>141.531</b>	<b>95.530</b>	<b>141.531</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## TIETÊ EÓLICA S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>				
Outros resultados abrangentes	95.530	141.531	95.530	141.531
	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>95.530</b>	<b>141.531</b>	<b>95.530</b>	<b>141.531</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**TIETÊ EÓLICA S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Dividendos Adicionais Propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva de Investimentos			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>1.241.382</b>	<b>16.948</b>	<b>14.495</b>	<b>31.261</b>	-	-	<b>1.304.086</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	141.531	141.531
Deliberação de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(31.261)	-	-	(31.261)
Redução de capital		(256.055)	-	-	-	-	-	(256.055)
Constituição de Reserva legal		-	-	7.076	-	-	(7.076)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	-	80.718	-	(80.718)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	(31.263)	-	(53.737)	(85.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9</b>	<b>985.327</b>	<b>16.948</b>	<b>21.571</b>	<b>49.455</b>	-	-	<b>1.073.301</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	95.530	95.530
Constituição de reserva legal		-	-	4.777	-	-	(4.777)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	89.845	-	(89.845)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(908)	(908)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>9</b>	<b>985.327</b>	<b>16.948</b>	<b>26.348</b>	<b>139.300</b>	-	-	<b>1.167.923</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## TIETÊ EÓLICA S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido do exercício	95.530	141.531	95.530	141.531
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	151	156	85.367	85.091
Atualização monetária sobre ressarcimento	12	-	2.410	4.481
Atualização da provisão para desmobilização	12	-	2.772	871
Juros sobre arrendamento	12	45	3.416	3.208
Encargos financeiros de dívidas	12	5.674	5.674	8.781
Tributos e contribuições sociais diferidos	13	-	(1.662)	854
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	12	(2.419)	(2.432)	(3.049)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(93.132)	-	-
	<b>5.849</b>	<b>1.625</b>	<b>191.075</b>	<b>241.768</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>	<b>4.273</b>	<b>2.997</b>	<b>42.862</b>	<b>16.747</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(303)	(7.703)	(21.369)
Pagamento de empréstimos e debêntures (juros)	8	(4.220)	(4.220)	(4.920)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-	(83)	(2.847)	(3.208)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais</b>	<b>5.516</b>	<b>(3.040)</b>	<b>219.167</b>	<b>229.018</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	(12)	(40.885)	(51.550)
Dividendos recebidos	6	-	-	-
Partes relacionadas - ações resgatáveis de controladas	4	78.054	-	-
Aumento (redução) de capital em controladas	6	(4.831)	-	-
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	(67)	(41)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos</b>	<b>73.223</b>	<b>354.786</b>	<b>(40.952)</b>	<b>(51.591)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Dividendos pagos	9	(908)	(908)	(116.261)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	8	(25.594)	(25.594)	(28.006)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	-	(80)	(987)	(1.034)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	-	2.086	2.086	9.397
Custo de empréstimos e financiamentos (custo de transação e prêmios)	8	(108)	(108)	-
Redução de capital	-	-	-	(256.055)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(24.604)</b>	<b>(391.043)</b>	<b>(25.511)</b>	<b>(391.959)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>54.135</b>	<b>(39.297)</b>	<b>152.704</b>	<b>(214.532)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	56.232	95.529	91.217	305.749
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>110.367</b>	<b>56.232</b>	<b>243.921</b>	<b>91.217</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tietê Eólica S.A. (“Tietê Eólica” ou “Companhia” ou “Controladora”), anteriormente denominada de AES Tietê Eólica S.A., cuja sede está localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 7º andar, sala 11, Parte A, Pinheiros, São Paulo, SP, Brasil, foi constituída em 15 de setembro de 2009, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Nova Energia Holding S.A., e indiretamente pela Guaimbê Solar Holding S.A. e Auren Energia S.A.

Atualmente, a Companhia participa de sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, parte das controladas tem sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (“LER 2010”); outra parte tem sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (“LEN 2011 (A-3)”). Estas controladas integram o Complexo Eólico Alto Sertão II conforme detalhado a seguir.

### Complexo Eólico Alto Sertão II

O Complexo Eólico Alto Sertão II, conforme apresentado, é composto pelas seguintes sociedades de propósito específico (“SPE’s”):

Parque Gerador Eólico	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
Ametista	12º LEN/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	11,2
Castité	12º LEN/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados (ii)	12º LEN/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	12º LEN/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	12º LEN/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	12º LEN/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões (ii)	12º LEN/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinheiro	12º LEN/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	3º LER/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	3º LER/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,9	10,1
Morrão	3º LER/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	3º LER/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	3º LER/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
<b>Subtotal</b>							<b>230</b>	<b>386,1</b>	<b>184,4</b>

(i) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.

(ii) As Garantias Físicas anteriormente estabelecidas para as usinas Dourados e Pilões foram revogadas pela Portaria 2.634/2023, ficando vigente o montante apresentado.

### Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de energia de reserva (CER) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 anos. Estes contratos determinam que o prazo de vigência e fornecimento será de setembro de 2013 a agosto de 2033.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram Contrato de Comercializa o de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual venderão a totalidade de sua produ o de energia elétrica. Estes contratos determinam que o prazo de vigência e fornecimento será de janeiro de 2016 a dezembro de 2035.

A comercializa o de energia no mercado regulado (ACR) está contratada conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Prazo			
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	�ndice de corre�o	M�s de reajuste
Ametista	12� LEN/2011	Distribuidoras	121.764	205,51	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	12� LEN/2011	Distribuidoras	84.972	203,89	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	12� LEN/2011	Distribuidoras	125.268	204,23	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	12� LEN/2011	Distribuidoras	115.632	204,17	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	12� LEN/2011	Distribuidoras	42.924	206,60	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	12� LEN/2011	Distribuidoras	120.888	205,08	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	12� LEN/2011	Distribuidoras	103.368	204,90	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	12� LEN/2011	Distribuidoras	114.756	202,59	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra Espinhaço	12� LEN/2011	Distribuidoras	77.964	201,78	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
<b>Subtotal</b>			<b>907.536</b>					
Da Prata	3� LER/2010	CCEE	85.760	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ara�as	3� LER/2010	CCEE	106.784	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	3� LER/2010	CCEE	124.848	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	3� LER/2010	CCEE	125.846	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	3� LER/2010	CCEE	111.988	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	3� LER/2010	CCEE	88.476	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
<b>Subtotal</b>			<b>643.702</b>					
<b>Total</b>			<b>1.551.238</b>					

## 1.1 Relat o de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstra es contábeis consolidadas:

Descri�o	Atividade	Sede	Participa�o	
			2024	2023
Centrais Eólicas Ametista S.A. (Ametista)	Gera�o eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Ara�as S.A. (Ara�as)	Gera�o eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. (Borgo)	Gera�o eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. (Caetité)	Gera�o eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. (Da Prata)	Gera�o eólica	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. (Dourados)	Gera�o eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. (Espigão)	Gera�o eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. (Maron)	Gera�o eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. (Morrão)	Gera�o eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. (Pelourinho)	Gera�o eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. (Pilões)	Gera�o eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. (Seraíma)	Gera�o eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. (Serra do Espinhaço)	Gera�o eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. (Tanque)	Gera�o eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. (Ventos do Nordeste)	Gera�o eólica	Caetité, BA	100%	100%

## 1.2 Combina o de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebra o, após aprova o pelo seu Conselho de Administra o, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combina o de Negócios e Outras Avenças ("Transa o") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combina o de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganiza o societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unifica o das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

## **2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

---

Em 8 de abril de 2025 a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### **2.2 Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 14.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

## 2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

## 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

## **2.7 Critérios de consolidação**

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

## **2.8 Revisão de política contábil**

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Em 1º de janeiro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$95.428 na controladora e R\$302.431 no consolidado, e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$55.761 na controladora e R\$82.965 no consolidado, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

Adicionalmente, houve uma redução nas atividades operacionais no montante de R\$39.667 na Controladora e R\$219.466 no Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

01/01/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	101	95.428	95.529	3.318	302.431	305.749
Investimentos de curto prazo	95.428	(95.428)	-	302.431	(302.431)	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	37.039	-	37.039
Estoques	-	-	-	12.035	-	12.035
Conta de resarcimento	-	-	-	288	-	288
Dividendos a receber	741	-	741	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.168	-	1.168	3.284	-	3.284
Outros tributos a recuperar	-	-	-	3.682	-	3.682
Outros ativos	-	-	-	489	-	489
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>97.438</b>	<b>-</b>	<b>97.438</b>	<b>362.566</b>	<b>-</b>	<b>362.566</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Contas a receber partes relacionadas	289.356	-	289.356	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	24.487	-	24.487	24.596	-	24.596
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.077	-	4.077	4.077	-	4.077
Tributos diferidos	-	-	-	13.816	-	13.816
Outros ativos	-	-	-	16	-	16
Investimento em controladas	960.255	-	960.255	-	-	-
Imobilizado, líquido	513	-	513	1.250.163	-	1.250.163
Intangível, líquido	168	-	168	779	-	779
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.278.856</b>	<b>-</b>	<b>1.278.856</b>	<b>1.293.447</b>	<b>-</b>	<b>1.293.447</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.376.294</b>	<b>-</b>	<b>1.376.294</b>	<b>1.656.013</b>	<b>-</b>	<b>1.656.013</b>

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	471	55.761	56.232	8.252	82.965	91.217
Investimentos de curto prazo	55.761	(55.761)	-	82.965	(82.965)	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	5	-	5
Contas a receber de clientes	5	-	5	26.173	-	26.173
Estoques	-	-	-	10.603	-	10.603
Dividendos a receber	938	-	938	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	272	-	272	2.986	-	2.986
Outros tributos a recuperar	13	-	13	1.985	-	1.985
Outros ativos	-	-	-	3.555	-	3.555
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>57.460</b>	<b>-</b>	<b>57.460</b>	<b>136.524</b>	<b>-</b>	<b>136.524</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Contas a receber partes relacionadas	210.113	-	210.113	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	18.122	-	18.122	18.284	-	18.284
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.150	-	5.150	5.150	-	5.150
Tributos diferidos	-	-	-	9.928	-	9.928
Investimento em controladas	830.353	-	830.353	-	-	-
Imobilizado, líquido	418	-	418	1.225.624	-	1.225.624
Intangível, líquido	112	-	112	403	-	403
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.064.268</b>	<b>-</b>	<b>1.064.268</b>	<b>1.259.389</b>	<b>-</b>	<b>1.259.389</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.121.728</b>	<b>-</b>	<b>1.121.728</b>	<b>1.395.913</b>	<b>-</b>	<b>1.395.913</b>

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>Atividades operacionais:</b>						
Lucro líquido do exercício	141.531	-	141.531	141.531	-	141.531
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>						
Depreciação e amortização	156	-	156	85.091	-	85.091
Atualização monetária sobre resarcimento	-	-	-	4.481	-	4.481
Atualização da provisão para desmobilização	-	-	-	871	-	871
Juros sobre arrendamento	44	-	44	3.208	-	3.208
Encargos financeiros de dívidas	8.781	-	8.781	8.781	-	8.781
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	1.864	-	1.864
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(4.226)	4.226	-	(18.214)	18.214	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	(3.037)	-	(3.037)	(3.049)	-	(3.049)
Resultado de equivalência patrimonial	(145.850)	-	(145.850)	-	-	-
	<b>(2.601)</b>	<b>4.226</b>	<b>1.625</b>	<b>224.564</b>	<b>18.214</b>	<b>242.778</b>
<b>Varição de ativos e passivos operacionais</b>	<b>2.171</b>	<b>826</b>	<b>2.997</b>	<b>13.079</b>	<b>2.658</b>	<b>15.737</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	8.453	(8.453)	-	31.012	(31.012)	-
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	36.266	(36.266)	-	209.326	(209.326)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.698)	-	(2.698)	(21.369)	-	(21.369)
Pagamento de empréstimos e debêntures (juros)	(4.920)	-	(4.920)	(4.920)	-	(4.920)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(44)	-	(44)	(3.208)	-	(3.208)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais	<b>36.627</b>	<b>(39.667)</b>	<b>(3.040)</b>	<b>448.484</b>	<b>(219.466)</b>	<b>229.018</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>						
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(12)	-	(12)	(51.550)	-	(51.550)
Dividendos recebidos	115.984	-	115.984	-	-	-
Partes relacionadas - ações resgatáveis de controladas	79.243	-	79.243	-	-	-
Aumento de capital em controladas	(3.770)	-	(3.770)	-	-	-
Redução de capital em controladas	163.341	-	163.341	-	-	-
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	-	(41)	-	(41)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos	<b>354.786</b>	<b>-</b>	<b>354.786</b>	<b>(51.591)</b>	<b>-</b>	<b>(51.591)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>						
Dividendos pagos	(116.261)	-	(116.261)	(116.261)	-	(116.261)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(28.006)	-	(28.006)	(28.006)	-	(28.006)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	(118)	-	(118)	(1.034)	-	(1.034)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	9.397	-	9.397	9.397	-	9.397
Redução de capital	(256.055)	-	(256.055)	(256.055)	-	(256.055)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos	<b>(391.043)</b>	<b>-</b>	<b>(391.043)</b>	<b>(391.959)</b>	<b>-</b>	<b>(391.959)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>						
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	370	(39.667)	(39.297)	4.934	(219.466)	(214.532)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	101	95.428	95.529	3.318	302.431	305.749
	<b>471</b>	<b>55.761</b>	<b>56.232</b>	<b>8.252</b>	<b>82.965</b>	<b>91.217</b>

### 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Numerário disponível	1.193	149	101	13.793	1.808	3.318
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	11.683	56.083	95.428	47.416	89.409	302.431
Quotas de fundo de investimento (a)	97.491	-	-	182.712	-	-
<b>Total</b>	<b>110.367</b>	<b>56.232</b>	<b>95.529</b>	<b>243.921</b>	<b>91.217</b>	<b>305.749</b>

(a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2024, os Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento possuem liquidez diária e rentabilidade média de 99,01% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (101,37% em 31 de dezembro de 2023).

### 4 PARTES RELACIONADAS

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo Circulante</b>				
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Espigão	73	43	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Borgo	115	65	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas da Prata	158	71	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Ventos do Nordeste	188	97	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Maron	61	16	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Morrão	194	79	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eol Pelourinho	127	61	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Tanque	145	75	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Seraima	220	95	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Serra do Espinhaço	117	59	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Araçás	148	110	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Caetité	258	167	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Ametista	10	-	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Pilões	13	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.827</b>	<b>938</b>	-	-
<b>Subtotal circulante</b>	<b>1.827</b>	<b>938</b>	-	-
<b>Ativo</b>				
<b>Não Ativo Circulante</b>				
<b>Contas a receber partes relacionadas (i)</b>				
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Espigão	10.923	13.233	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Borgo	16.530	21.299	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas da Prata	3.537	8.860	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Ventos do Nordeste	(3.433)	2.396	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Maron	8.691	14.729	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Morrão	(1.147)	5.570	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Pelourinho	14.681	20.196	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Tanque	1.376	8.070	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Seraima	799	6.874	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Serra do Espinhaço	16.590	20.918	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Araçás	8.602	13.644	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Caetité	20.211	27.173	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Pilões	824	5.455	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Dourados	19.040	22.621	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Ametista	14.835	19.075	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>132.059</b>	<b>210.113</b>	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>133.886</b>	<b>211.051</b>	-	-
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo Circulante</b>				
<b>Dividendos a pagar</b>				
Dividendos a pagar - Nova Energia Holding S.A.	1.511	603	1.511	603
<b>Subtotal</b>	<b>1.511</b>	<b>603</b>	<b>1.511</b>	<b>603</b>
<b>Fornecedores</b>				
Capitalização de mão de obra própria	-	-	-	237
<b>Subtotal</b>	-	-	-	<b>237</b>
<b>Subtotal circulante</b>	<b>1.511</b>	<b>603</b>	<b>1.511</b>	<b>840</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.511</b>	<b>603</b>	<b>1.511</b>	<b>840</b>
<b>Resultado (Receita líquida)</b>				
Outras Receitas - Auren Operações	-	-	-	28.166
<b>Total da receita</b>	-	-	-	<b>28.166</b>
<b>Resultado (Custo de produção e operações de energia)</b>				
Compra de Energia - Auren Operações	-	-	(12.243)	(9.071)
Outros custos - Auren Operações	-	-	(810)	(1.959)
<b>Total do custo</b>	-	-	<b>(13.053)</b>	<b>(11.030)</b>
<b>Total do resultado</b>	-	-	<b>(13.053)</b>	<b>17.136</b>

- (i) A Companhia, com a interveniência de suas controladas diretas, obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Neste contrato está previsto um plano para transferência de recursos entre as centrais eólicas e sua controladora, visto que as centrais eólicas são as efetivas geradoras de caixa e foram as beneficiadas diretas dos recursos liberados pelo BNDES, sendo que o pagamento das parcelas do financiamento é feito pela Companhia.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2014, os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas, entre as centrais eólicas e sua Controladora Nova Energia Holding S.A para as devidas transferências estipuladas em contrato. Devido as características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida, desta forma, classificou os valores a pagar a Companhia no passivo não circulante das Controladas e no ativo não circulante da Controladora como partes relacionadas - ações resgatáveis. Não há um prazo previsto em contrato para os resgates das ações.

Tais ações não estão sujeitas a juros ou correção monetária, porém como determinado na AGE supracitada o plano de resgate poderá ser alterado para os próximos exercícios.

### **Remuneração do pessoal chave da Administração**

A remuneração dos Administradores da Companhia é realizada através da controladora, desta forma, não há valores referentes a remuneração dos administradores nesta demonstração contábil.

## **5 CONTA DE RESSARCIMENTO**

---

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE, assim como os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e do LEN 2011 em dezembro de 2019.

A receita dos Parques Eólicos é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado	
	2024	2023
<b>Passivo circulante</b>		
Conta de ressarcimento	200.115	55.112
<b>Passivo não circulante</b>		
Conta de ressarcimento	47.260	152.040
<b>Total passivo</b>	<b>247.375</b>	<b>207.152</b>

A movimentação dos saldos de ressarcimentos ativos e passivos é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>288</b>	<b>217.279</b>
Adição / reversão	(58)	36.281
Amortização	(230)	(52.104)
Transferência	-	1.215
Atualização monetária	-	4.481
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>207.152</b>
Adição / reversão	-	99.122
Amortização	-	(61.309)
Atualização monetária	-	2.410
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>247.375</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>200.115</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>47.260</b>

## Cronograma de processamento dos ressarcimentos

Os eventos de *constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período "provisório" do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período "provisório" do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período "definitivo" do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

## 6 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades:

	Controladora	
	2024	2023
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	927.427	830.353
<b>Total</b>	<b>927.427</b>	<b>830.353</b>

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Controladas	31/12/2022	Aumento de capital	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos mínimos obrigatórios	Dividendos adicionais	31/12/2023	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos mínimos obrigatórios	31/12/2024
Araçás	91.304	1.750	-	7.775	(73)	-	100.756	2.150	3.963	(38)	106.831
Da Prata	64.796	-	(7.795)	11.473	-	(11.933)	56.501	-	9.180	(87)	65.594
Morrão	79.455	-	(8.562)	19.176	-	(18.451)	71.618	510	12.127	(115)	84.140
Seraíma	82.172	-	(11.815)	16.276	-	(15.769)	70.864	-	13.115	(125)	83.854
Tanque	80.195	-	(7.209)	13.868	-	(14.833)	72.021	-	7.318	(70)	79.269
Ventos do Nordeste	72.807	-	(8.616)	14.099	-	(10.804)	67.486	-	9.617	(91)	77.012
Ametista	46.617	-	(17.420)	5.319	-	(5.980)	28.536	-	1.029	(10)	29.555
Borgo	55.856	-	(11.314)	8.941	-	(5.769)	47.714	-	5.297	(50)	52.961
Caetité	79.631	-	(12.953)	10.893	(103)	(1.431)	76.037	1.778	9.569	(91)	87.293
Dourados	45.040	-	(21.439)	2.826	-	(3.810)	22.617	-	(421)	-	22.196
Espigão	27.112	2.020	(4.974)	2.192	(21)	-	26.329	-	3.183	(30)	29.482
Maron	63.570	-	(16.723)	8.223	-	(8.481)	46.589	-	4.736	(45)	51.280
Pelourinho	57.859	-	(8.614)	11.974	-	(7.758)	53.461	-	6.986	(66)	60.381
Pilões	63.177	-	(15.314)	4.311	-	(4.709)	47.465	-	1.350	(13)	48.802
Serra do Espinhaço	50.704	-	(10.593)	8.504	-	(6.256)	42.359	393	6.083	(58)	48.777
<b>Total</b>	<b>960.255</b>	<b>3.770</b>	<b>(163.341)</b>	<b>145.850</b>	<b>(197)</b>	<b>(115.984)</b>	<b>830.353</b>	<b>4.831</b>	<b>93.132</b>	<b>(889)</b>	<b>927.427</b>

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício
Centrais Eólicas dos Araçás S.A	100%	147.245	40.413	106.832	67.033	3.963
Centrais Eólicas da Prata S.A	100%	84.037	18.442	65.595	34.708	9.180
Centrais Eólicas Morrão S.A	100%	102.692	18.552	84.140	39.759	12.127
Centrais Eólicas Seraíma S.A	100%	109.661	25.808	83.853	37.317	13.115
Centrais Eólicas Tanque S.A	100%	106.332	27.064	79.268	42.427	7.318
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A	100%	82.439	5.427	77.012	29.711	9.617
Centrais Eólicas Ametista S.A	100%	88.325	58.771	29.554	26.095	1.029
Centrais Eólicas Borgo S.A	100%	82.809	29.848	52.961	20.739	5.297
Centrais Eólicas Caetité S.A	100%	121.574	34.281	87.293	36.420	9.569
Centrais Eólicas Dourados S.A	100%	84.455	62.259	22.196	21.530	(421)
Centrais Eólicas Espigão S.A	100%	50.652	21.169	29.483	14.823	3.183
Centrais Eólicas Maron S.A	100%	91.386	48.890	42.496	27.784	4.736
Centrais Eólicas Pelourinho S.A	100%	83.928	23.548	60.380	25.384	6.986
Centrais Eólicas Pilões S.A	100%	87.440	38.638	48.802	38.509	1.350
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A	100%	73.209	24.431	48.778	18.367	6.083
<b>Total</b>		<b>1.396.184</b>	<b>477.541</b>	<b>918.643</b>	<b>480.606</b>	<b>93.132</b>

## 7 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL), para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração de resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

**(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

	Consolidado			
	2024			2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (iii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos		-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,08%	49.411	(18.147)	34.754
Máquinas e equipamentos	4,59%	1.797.981	(779.135)	1.089.316
Móveis e utensílios e outros	6,25%	3.589	(1.252)	2.241
Veículos	13,77%	867	(386)	601
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>1.851.848</b>	<b>(798.920)</b>	<b>1.052.928</b>
Imobilizado em curso (i)		92.006	-	92.006
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>1.943.854</b>	<b>(798.920)</b>	<b>1.144.934</b>
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	de 3,54% a 10,91%	33.512	(7.122)	26.287
<b>Total Imobilizado</b>		<b>1.977.366</b>	<b>(806.042)</b>	<b>1.171.324</b>

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização dos parques eólicos em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia e suas controladas reconhecem ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, o que for menor. A Companhia e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de terrenos arrendados, com vida útil definida estimada entre 9 e 28 anos, depreciados à taxa de 3,54% a 10,91% a.a.

(iii) Entre os elementos que compõem o custo das rubricas “Edificações, obras civis e benfeitorias” e “Máquinas e equipamentos”, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no montante de R\$10.052 (R\$11.406 em 31 de dezembro de 2023). O custo de desativação de ativos, equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

**(b) Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado				
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração	Transferências e reclassificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Terrenos	2.503	-	-	(2.503)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	52.493	-	-	(3.082)	49.411
Máquinas e equipamentos	1.787.777	-	-	10.204	1.797.981
Móveis e utensílios e outros	2.261	-	-	1.328	3.589
Veículos	867	-	-	-	867
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>1.845.901</b>	-	-	<b>5.947</b>	<b>1.851.848</b>
Imobilizado em curso	69.922	38.347	-	(16.263)	92.006
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>1.915.823</b>	<b>38.347</b>	-	<b>(10.316)</b>	<b>1.943.854</b>
Direito de uso de terreno arrendado	32.124	-	1.392	(4)	33.512
<b>Subtotal</b>	<b>1.947.947</b>	<b>38.347</b>	<b>1.392</b>	<b>(10.320)</b>	<b>1.977.366</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(722.323)	(85.076)	-	1.357	(806.042)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>1.225.624</b>	<b>(46.729)</b>	<b>1.392</b>	<b>(8.963)</b>	<b>1.171.324</b>

	Consolidado					
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão desmobilização (ii)	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Terrenos	2.503	-	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	52.313	-	-	-	180	52.493
Máquinas e equipamentos	1.782.601	-	-	2.677	2.499	1.787.777
Móveis e utensílios e outros	2.259	-	-	-	2	2.261
Veículos	867	-	-	-	-	867
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>1.840.543</b>	-	-	<b>2.677</b>	<b>2.681</b>	<b>1.845.901</b>
Imobilizado em curso	13.787	51.543	-	-	4.592	69.922
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>1.854.330</b>	<b>51.543</b>	-	<b>2.677</b>	<b>7.273</b>	<b>1.915.823</b>
Direito de uso de terreno arrendado	33.021	-	(896)	-	(1)	32.124
<b>Subtotal</b>	<b>1.887.351</b>	<b>51.543</b>	<b>(896)</b>	<b>2.677</b>	<b>7.272</b>	<b>1.947.947</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(637.188)	(84.708)	(153)	-	(274)	(722.323)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>1.250.163</b>	<b>(33.165)</b>	<b>(1.049)</b>	<b>2.677</b>	<b>6.998</b>	<b>1.225.624</b>

(i) Refere-se às reclassificações do imobilizado para o estoque no montante de R\$8.963.

(ii) Em dezembro de 2023, com base em laudos de especialistas, a Companhia remensurou a estimativa das provisões para desmobilização de suas controladas, revendo as premissas de acordo com a política contábil do Grupo. Dessa forma, houve uma remensuração no montante de R\$2.677.

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 8 DEBÊNTURES

(a) Os saldos de debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(i)</sup>	Circulante				Total circulante + não circulante	
		Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total		
<b>Debênture</b>							
Debênture - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% aa	9.411	27	(310)	9.128	9.128
Debênture - 1ª Emissão (2ª Série)	2025	IPCA + 7,87% aa	13.463	41	(285)	13.219	13.219
<b>Total da dívida</b>			<b>22.874</b>	<b>68</b>	<b>(595)</b>	<b>22.347</b>	<b>22.347</b>

		Consolidado								
		2023								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
<b>Debênture</b>										
Debênture - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% aa	7.689	44	(254)	7.479	8.971	(254)	8.717	16.196
Debênture - 1ª Emissão (2ª Série)	2025	IPCA + 7,87% aa	17.966	84	(242)	17.808	12.833	(242)	12.591	30.399
<b>Total da dívida</b>			<b>25.655</b>	<b>128</b>	<b>(496)</b>	<b>25.287</b>	<b>21.804</b>	<b>(496)</b>	<b>21.308</b>	<b>46.595</b>

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

**(b) A movimentação das debêntures é como segue:**

		Consolidado
		Debêntures
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>70.740</b>
Encargos financeiros		5.099
Variação monetária		3.188
Pagamento de principal		(28.006)
Pagamento de encargos financeiros		(4.920)
Amortização custos de transação		494
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>46.595</b>
Encargos financeiros		3.173
Variação monetária		1.997
Pagamento de principal		(25.594)
Pagamento de encargos financeiros		(4.220)
Diferimento custos de transação		(108)
Amortização custos de transação		504
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>22.347</b>

**(c) As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:**

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
AES Tietê Eólica	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	146.000	15 de dezembro de 2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série)	Semestral	Semestral	9.128	Dezembro de 2025	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"); calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: ≥1,3x	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
				IPCA + 7,87% aa (2ª série)			13.219			

#### **(d) Debêntures de infraestrutura**

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$146.000.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures foram destinados ao LER 2010 e LEN 2011 com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

As amortizações das debêntures de primeira e segunda série seguem o cronograma disposto na Escritura da Emissão, sendo que a amortização das debêntures da primeira série teve início em 15 de junho de 2015 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025 e a amortização das debêntures da segunda série tiveram início em 15 de dezembro de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorre em parcelas semestrais, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

#### **(e) Condições Restritivas**

As dívidas emitidas pela Companhia contemplam cláusulas de condições restritivas, tais como restrição de distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório:

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, a Companhia emitiu debênture de infraestrutura, a qual possui restrições de não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima de 25% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) o acúmulo de R\$60.000 na “Conta Reserva Especial da Holding”; (ii) verificado o desempenho financeiro do projeto; (iii) preenchidas as contas reservas referentes ao serviço da dívida e a conta reserva de O&M; (iv) atingido o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,30; (v) adimplemento das empresas do grupo econômico perante o Sistema BNDES; e (vi) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida.

Os financiamentos com debêntures estabelecem que o índice ICSD = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] devem ser maiores ou iguais a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

## 9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

---

### 9.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$985.327 (R\$985.327 em 31 de dezembro de 2023), composto 600.866.844 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

### 9.2 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia. De acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, a Companhia constituiu uma reserva de R\$4.777 em 31 de dezembro de 2024 (R\$7.076 em 31 de dezembro de 2023).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$89.845 (R\$80.718 em 31 de dezembro de 2023).

### 9.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia distribuiu R\$908 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

## 10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

---

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e de suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

#### (a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

## (b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

## (c) Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN)

A receita da Companhia e suas controladas são reconhecidas conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva e Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos de energia eólicos	303.020	303.631
Ressarcimento de energia	(26.502)	5.029
Partes relacionadas (nota 4)	-	28.166
Mercado de curto prazo	17.298	11.899
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>293.816</b>	<b>348.725</b>
(-) PIS e COFINS	(9.466)	(13.412)
(-) ICMS	(4.540)	(4.454)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>279.810</b>	<b>330.859</b>

## 11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Custo da produção de energia elétrica</b>				
Contratos com partes relacionadas (nota 4)	-	-	(13.053)	(11.030)
Mercado de curto prazo	-	-	(346)	(111)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	-	-	(26.394)	(25.027)
Taxa de fiscalização ANEEL	-	-	(1.784)	(1.648)
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(41.577)</b>	<b>(37.816)</b>
<b>Custo da operação</b>				
Serviços de terceiros	-	(1.311)	(35.499)	(41.408)
Material	-	(240)	(2.002)	(3.180)
Depreciação e amortização	-	(156)	(84.713)	(85.091)
Seguros	-	-	(5.165)	(4.099)
Arrendamentos e aluguéis	-	(2)	(397)	(571)
Contribuições setoriais	-	(1)	(274)	(260)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	1	-
Outros custos operacionais	-	(250)	-	494
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>(1.960)</b>	<b>(128.049)</b>	<b>(134.115)</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(1.960)</b>	<b>(169.626)</b>	<b>(171.931)</b>

## 12 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	7.913	4.448	14.318	18.754
Renda de cauções e depósitos judiciais	2.419	3.037	2.432	3.049
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(505)	(364)	(505)	(364)
Outras receitas financeiras	375	338	788	445
<b>Subtotal</b>	<b>10.202</b>	<b>7.459</b>	<b>17.033</b>	<b>21.884</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros de dívidas	(3.677)	(5.593)	(3.677)	(5.593)
Atualização monetária de debêntures	(1.997)	(3.188)	(1.997)	(3.188)
Atualização provisão desmobilização	-	-	(2.772)	(871)
Atualização ressarcimento	-	-	(2.410)	(4.481)
Juros sobre arrendamento	(45)	(44)	(3.416)	(3.208)
Tarifas e encargos bancários	62	(48)	(677)	(405)
Outras despesas financeiras	(11)	(12)	(676)	(1.801)
<b>Subtotal</b>	<b>(5.668)</b>	<b>(8.885)</b>	<b>(15.625)</b>	<b>(19.547)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>4.534</b>	<b>(1.426)</b>	<b>1.408</b>	<b>2.337</b>

## 13 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro real. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

No regime de lucro presumido adotado pelas controladas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>96.448</b>	<b>96.448</b>	<b>141.531</b>	<b>141.531</b>
<b>Alíquota nominal</b>	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal</b>	<b>(24.112)</b>	<b>(8.680)</b>	<b>(35.383)</b>	<b>(12.738)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>				
<b>Adições (exclusões) permanentes:</b>				
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	297	107	(932)	(335)
Resultado de equivalência patrimonial	23.283	8.382	36.463	13.127
Despesas não necessárias	(254)	(92)	-	-
Atualização de indébito tributário	94	34	-	-
Outros	-	-	(148)	(54)
<b>Ajuste de impostos</b>				
Ajuste Adicional IR	23	-	-	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(669)</b>	<b>(249)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Composição dos tributos no resultado:</b>				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(669)	(249)	-	-
<b>Total</b>	<b>(669)</b>	<b>(249)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional tributável	313.348	339.303	313.348	339.303
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	25.068	27.144	37.602	40.716
Outras receitas	6.537	22.908	6.537	22.908
Outros ajustes	-	-	-	-
Base de cálculo	31.605	50.052	44.139	63.624
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(4.741)	(7.508)	(3.973)	(5.726)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	(2.801)	(4.647)	-	-
Outros ajustes	(939)	(3)	(16)	-
IRPJ e CSLL corrente	(8.481)	(12.158)	(3.989)	(5.726)
IRPJ e CSLL diferido	1.081	(553)	581	(301)
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>(7.400)</b>	<b>(12.711)</b>	<b>(3.408)</b>	<b>(6.027)</b>

## 14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 14.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2024		2023			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	13.793	13.793	1.808	1.808	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	3	47.416	47.416	89.409	89.409	Valor justo por meio do resultado
Quotas de fundos de investimento	3	182.712	182.712	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		39.296	39.296	26.173	26.173	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		18.702	18.702	18.289	18.289	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>301.919</b>	<b>301.919</b>	<b>135.679</b>	<b>135.679</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores		19.679	19.679	12.046	12.046	Custo amortizado
Debêntures	8	22.347	22.347	46.595	46.595	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	5	247.375	247.375	207.152	207.152	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		31.115	31.115	30.116	30.116	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	1.511	1.511	603	603	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>322.027</b>	<b>322.027</b>	<b>296.512</b>	<b>296.512</b>	

## 14.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos. Contudo, com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

#### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

#### Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	110.367	56.232	243.921	91.217
Contas a receber de clientes	-	-	39.296	26.173
Cauções e depósitos vinculados	18.460	18.127	18.702	18.289
<b>Total</b>	<b>128.827</b>	<b>74.359</b>	<b>301.919</b>	<b>135.679</b>

## (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Debêntures	(22.347)	(46.595)	(22.347)	(46.595)
Caixa e equivalentes de caixa	110.367	56.232	243.921	91.217
Garantias de financiamento	18.460	18.127	18.460	18.127
<b>Dívida Líquida</b>	<b>106.480</b>	<b>27.764</b>	<b>240.034</b>	<b>62.749</b>
Patrimônio líquido	1.167.923	1.073.301	1.167.923	1.073.301
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>9,12%</b>	<b>2,59%</b>	<b>20,55%</b>	<b>5,85%</b>

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*.

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, as informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	85	-	-	-	85	735
Debêntures	-	22.347	-	-	22.347	54.190
Passivo de arrendamento	28	82	122	159	391	479
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	1.511	-	-	1.511	603
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>23.940</b>	<b>122</b>	<b>159</b>	<b>24.334</b>	<b>56.007</b>

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	19.679	-	-	-	-	19.679	12.046
Debêntures	-	22.347	-	-	-	22.347	54.190
Passivo de arrendamento	119	354	525	1.664	28.454	31.116	31.169
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	1.511	-	-	-	1.511	603
<b>Total</b>	<b>19.798</b>	<b>24.212</b>	<b>525</b>	<b>1.664</b>	<b>28.454</b>	<b>74.653</b>	<b>98.008</b>

### (b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	11.683	56.083	47.416	89.409
Quotas de fundos de investimento	97.491	-	182.712	-
Debêntures	(22.942)	(47.587)	(22.942)	(47.587)
<b>Total</b>	<b>86.232</b>	<b>8.496</b>	<b>207.186</b>	<b>41.822</b>

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custo de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo de exposição, visto que não há risco de oscilação devido às mudanças nas taxas de juro de mercado.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures e ressarcimento.

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Operações compromissadas	CDI	47.416	3.295	4.945	6.591	8.241	9.886
Investimentos de curto prazo	CDI	182.712	12.698	19.057	25.397	31.755	38.095
<b>Impacto no resultado</b>			<b>15.993</b>	<b>24.002</b>	<b>31.988</b>	<b>39.996</b>	<b>47.981</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>15.993</b>	<b>24.002</b>	<b>31.988</b>	<b>39.996</b>	<b>47.981</b>

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(247.375)	(6.184)	(9.277)	(12.369)	(15.461)	(18.553)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(6.184)</b>	<b>(9.277)</b>	<b>(12.369)</b>	<b>(15.461)</b>	<b>(18.553)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(6.184)</b>	<b>(9.277)</b>	<b>(12.369)</b>	<b>(15.461)</b>	<b>(18.553)</b>

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série)	IPCA	(9.128)	(940)	(1.063)	(1.186)	(1.309)	(1.431)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(13.219)	(1.397)	(1.575)	(1.753)	(1.932)	(2.110)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(2.337)</b>	<b>(2.638)</b>	<b>(2.939)</b>	<b>(3.241)</b>	<b>(3.541)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(2.337)</b>	<b>(2.638)</b>	<b>(2.939)</b>	<b>(3.241)</b>	<b>(3.541)</b>

#### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas somente serão apuradas a partir da entrada em operação dos empreendimentos. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, após a entrada em operação, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

#### (c) Outros riscos considerados relevantes

##### (c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

## **(c.2) Risco em renováveis não-hídricas**

### ***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por *constrained-off*.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subseqüentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.

## **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, o caderno de regras da CCEE “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”, o qual foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome das associações ABEEÓLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

Fruto da discussão jurídica, a ABEEÓLICA e ABSOLAR conjuntamente, representando a Companhia e outras associadas, impetraram requerimento administrativo com pedido de medida cautelar com vistas ao afastamento da exigência de lastro e de penalidades por insuficiência de lastro de energia de reserva de fontes eólica e solar, determinadas pela resolução em questão. Entretanto, a ANEEL votou “por não conhecer, devido sua intempestividade e por protocolado em face de norma geral e abstrata” através do Despacho nº 661/2022, o qual as requerentes questionaram através de um pedido de reconsideração, igualmente indeferido.

Em dezembro de 2022, em decorrência do processo de apuração de lastro, a CCEE enviou aos agentes, incluindo a Companhia, Termos de Notificação de Sanção por Lastro de Energia. Foram recebidas Notificações para 3 usinas UFV Guaimbê I, EOL da Prata e EOL Ventos do Nordeste, totalizando R\$177 referente ao ano de 2021. Mais adiante, com a aquisição pela Companhia de novos ativos, a Companhia foi notificada de suas penalidades em parte das usinas, sendo elas as eólicas Ventos De Santa Joana VI, Ventos De Santa Joana VIII, Ventos De Santa Joana XIV, Ventos De Santo Onofre I, Ventos De Santo Onofre III, Ventos De Santa Brigida I, Ventos De Santa Brigida II, Ventos De Santa Brigida III, Ventos De Santa Brigida IV, Ventos De Santa Brigida V, Ventos De Santa Brigida VI e Ventos De Santa Brigida VII, totalizando R\$650 para o mesmo período.

Considerando os documentos recebidos, a Companhia contestou as cobranças oficialmente através de solicitação à CCEE de recebimento da referida contestação, atribuindo a ela o efeito suspensivo que lhe é próprio. Assim, em janeiro de 2023, o Conselho de Administração da CCEE, após avaliar os fundamentos e razões de impugnação deliberou, em primeiro momento, pelo sobrestamento da análise da contestação do Termo de Notificação.

Em janeiro de 2023, a ABEEólica e a ABSOLAR, em continuidade ao trabalho jurídico de parecer, em conjunto com seus associados, protocolaram ação judicial para afastamento da indevida penalidade de lastro de energia de reserva. Em fevereiro de 2023, foi deferida a tutela de urgência requerida nos autos da Ação, onde a decisão é por suspender a exigência de lastro de energia de reserva, bem como qualquer contabilização, imputação, notificação (inclusive os Termos de Notificação relativos aos anos de 2021 e seguintes que tenham por fundamento essa a REN 909/2020), exigibilidade e/ou liquidação de penalidade por insuficiência de lastro para energia de reserva de fonte eólica e solar.

O processo segue em tramitação e sem novas atualizações desde o deferimento da liminar.